

## **MUNICÍPIO DE OURÉM**

Câmara Municipal

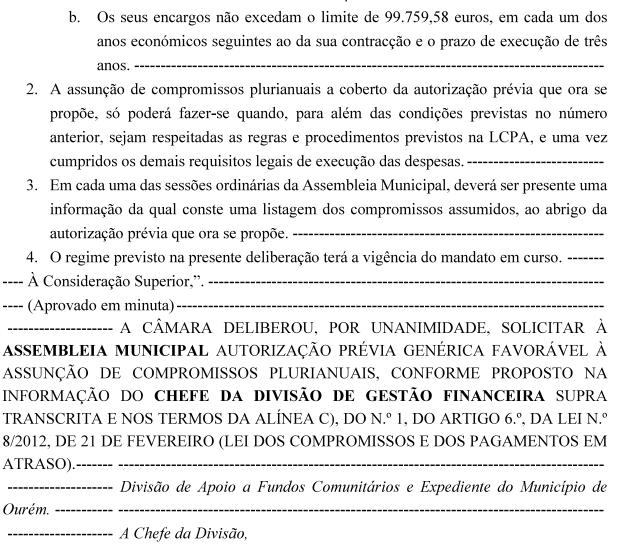
## CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 07 DE NOVEMBRO DE 2025

DE NOVEMBRO DE 2025	
2.0.16. REGISTO N.º 102.504/2025 - ASSUNÇÃO DE COM	PROMISSOS
PLURIANUAIS - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA (2026/2029)	
Sobre o assunto designado em epígrafe, o Chefe da Divisão de Gestão Fina	nceira prestou
a informação registada sob o n.º 102.504/2025, que seguidamente se reprod	luz na íntegra:
"Considerando:	
1. Por um lado, o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8	de junho, que
determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem	ugar a encargo
orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da	sua realização,
designadamente a aquisição de serviços e bens através de locação com op	ção de compra,
locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargo	s, não pode ser
efectivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quan	do:
a. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprov	ados;
b. Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,88 euros, en	n cada um dos
anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de es	,
anos	
2. Por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de	
aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamento	
dispõe que a assunção de compromissos, independentemente da sua	
incluindo novos projectos de investimento ou a sua reprogramação	
locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municíp	-
público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da adminis	-
autorização prévia da Assembleia Municipal	
3. O artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio r	_
referenciada lei dos compromissos, nos termos do artigo 14.º	
No âmbito do disposto e por motivos de simplificação e celeridade processu	
assegurar tramitação atempada dos procedimentos, por uma questão de caute	
jurídica e ao abrigo das disposições legais e enquadramento supracitados, proce	
uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Sector Público A	
propõe-se que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Munic	ipal:

- 1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da LCPA, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, para o mandato em curso, nos casos seguintes: -----
  - a. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----



## Câmara Municipal



Assinado por: **CLARISSE ISABEL PEREIRA NEVES** Num. de Identificação: 10603746 Data: 2025.11.10 12:04:05+00'00'